

Notas e informações

Mais uma crise?

O ministro Antônio Carlos Magalhães só se sente à vontade quando em oposição a alguém. Toda a sua vida política é testemunha desse traço de caráter, que aliado a uma vontade de poder e a uma pertinácia raramente encontradas faz dele um exemplar raro na classe política brasileira. Agora, seguramente considerando que não basta ter como adversários todos os funcionários dos Correios e Telégrafos, decidiu agir às claras contra determinações do ministro da Fazenda trazidas em resolução do Conselho Interministerial dos Salários Estatais, do qual o sr. Mafíson da Nóbrega é presidente. Em nota à imprensa, o sr. Antônio Carlos Magalhães anunciou haver dado aumento aos grevistas da ECT com base em sua extraordinária produtividade.

A diferença entre o sr. Antônio Carlos Magalhães e os demais membros do governo Sarney é que s. exa. gosta do *éclat*. Não é o primeiro, nem será o último ministro a adotar decisões que na prática, ou em teoria, contrariam a política econômico-financeira do ministro da Fazenda. O ministro das Minas e Energia, por exemplo, pagou a reposição da URP contrariando recomendação do sr. Mafíson da Nóbrega, mas sua decisão não teve a repercussão que vem tendo a do sr. Antônio Carlos Magalhães. Na verdade, o eco da nota distribuída pelo ministro das Comunicações depois do desentendimento com funcionários representantes dos grevistas, explica-se por uma pequena circunstância: sabe-se, de algum tempo para cá, que o ministro reclamava algo mais do que o "arroz e feijão" do sr. Mafíson da Nóbrega para tirar o governo Sarney da entalada em que está metido em consequência da inflação. Ora, seria de supor que quem reconhece os efeitos danosos da

inflação não adotasse medidas tendentes a aumentá-la.

Há outro aspecto a ser ressaltado no comportamento do ministro das Comunicações, o qual o torna antipático àqueles que ainda acreditam que os recursos nascem como tábua de salvação, especialmente aos que acreditam que é dever do governo a tudo aceder. Na verdade, a greve dos Correios poderia ter sido encerrada com os 35% retroativos a junho, se o ministro não tivesse feito questão de afirmar sua autoridade — aliás, a autoridade da Lei —, suspendendo a reunião com os funcionários quando esses colocaram como *conditio sine qua non* para tratar da suspensão da greve a readmissão dos funcionários demitidos na região de São Paulo.

O sr. Antônio Carlos não se formou à toa nas lutas da UDN e nos entevos do regime autoritário: ao mesmo tempo que resguardava a sua autoridade, preservando a imagem do único ministro que demite aqueles que fazem greve em serviços essenciais, demonstrava publicamente seu desacordo com a política do seu colega da Fazenda. Quando o brigadeiro Camarinha dissentiu publicamente dessa política, o presidente Sarney teve de exonerá-lo sob pena de ser visto como tutelado pelos militares. Que fará, agora? Demitirá o ministro que cumpre a lei, apesar de discordar do colega da Fazenda? Teria, então, de assinar também o decreto de exoneração do sr. Aureliano Chaves pelo que já fez...

O sr. Antônio Carlos Magalhães — ACM como o chamam amigos e inimigos — sabe perfeitamente bem o que está em jogo neste momento em que a Assembleia Nacional Constituinte derrapa e não sobe a ladeira do segundo turno, e a inflação come o pouco de

prestígio e autoridade de que goza ainda o presidente José Sarney. Por isso, sente-se à vontade para fazer o que fez — afora ter plena ciência de que o chefe de governo dele necessita para seus jogos políticos nem sempre claros. Isso tudo explica o comportamento do ministro, mas não resolve a crise interna que lavra no governo Sarney. O sr. Mafíson da Nóbrega, é evidente como clara é a luz do dia, só tem como cacife político o aval dos banqueiros privados internacionais, que fazem por acreditar no êxito de sua política. O ministro da Fazenda sabe que o presidente tem consciência de que sem o acerto das contas externas o Brasil mergulhará no desconhecido. Por outro lado, tem a quase certeza de ser uma das últimas, senão a derradeira alternativa de que dispõe o presidente Sarney. Em outras palavras, o sr. Mafíson da Nóbrega não pode enfrentar no duelo político o ministro das Comunicações, mas sabe ser o Necker do Luís XVI chamado Sarney.

Tudo isso indica que a política de combate à inflação irá mesmo para o espaço, se, por meio de artimanhas, se demonstrar que apesar de gastar-se mais, o déficit público será mantido no nível dos 4% do PIB prometidos ao Exterior. É seguramente um jogo difícil esse em que se empenha o Executivo. Tem até alguns aspectos de mágica — como o deslumbrante ato mostrado pela televisão — de David Copperfield, que num passe fez desaparecer a Estátua da Liberdade. Resta saber se o ténue apoio político que o ministro Mafíson da Nóbrega reúne internamente nestes meses que antecedem as eleições municipais será suficiente para garantir que leve até o fim, apesar das etapas difíceis, seu programa de controlar o déficit público e deter a inflação.



Canal 3

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Ministério de Ciência e Tecnologia, está prevendo a ocorrência de uma seca prolongada no Sul do País.

Ontem, chegou ao Inpe a informação de que o governo quer que a instituição prepare um documento desmentindo sua própria previsão. A notícia da seca nos estados mais ricos do País, alega-se, prejudicaria

as negociações internacionais de grãos e citros.

Repete-se, portanto, o episódio do final da década de 70, quando o governo desmentiu a seca de sete anos no Nordeste, prevista pelo Centro Técnico Aeroespacial. A seca veio, durou sete anos e, sem medidas preventivas, foi a tragédia que se viu.

A Nova República tenta, literalmente, tapar o sol com a peneira.

Contramão

O resultado da última pesquisa encomendada pelo Fórum Empresarial ao Ibope deixou os banqueiros eufóricos.

No trimestre passado, eles eram apontados como o grupo que mais prejudicava os esforços para melhorar a situação do País.

Ouvidas cinco mil pessoas em todos os estados, surgem os novos campeões da contramão: o governo e os partidos políticos.

Diplomacia

O governador do Ceará, Tasso Jereissati, não gostou da iniciativa do seu colega do Piauí, Alberto Silva, que lançou publicamente a candidatura do ministro da Irrigação, Vicente Fialho, ao governo cearense.

Jereissati avisa que não conhece ninguém que queira ser candidato ao governo do Piauí.

Cena

Ciente da irredutível decisão do general Ernesto Geisel de nunca dar entrevistas, um repórter de televisão tentou surpreendê-lo, durante um coquetel oferecido ontem pela Norquias, empresa dirigida pelo ex-presidente.

Estendeu o microfone e atacou: — O que o senhor acha da expectativa de um golpe, general? Geisel olhou assustado, apressou o passo e tomou o elevador.

Fazenda água

Observando o estilo seco e irritado com que o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, respondia aos repórteres, ontem de manhã em Campinas, um veterano político do Interior sapouco: — O Almir parece um remador que vê a galera afundando e não acha quem lhe arranque as correntes.

Tanques vazios

A paralisação da destilatória Flórida Paulista Alcool S.A. deixou sem emprego 20% da população de Flórida Paulista (SP).

A direção da empresa avisa que ela só voltará a operar quando tiver matéria-prima para produzir 18 milhões de litros por ano.

A Flórida Paulista é controlada pela Brasalcool, que pertence à Petrobrás Distribuidora, subsidiária da Petrobrás.

Humor

Chaves, programa humorístico classe C importado do México pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), alcançou na semana passada inéditos 22 pontos no Ibope. No horário do Jornal Nacional da TV Globo.

A direção do SBT acha que os telespectadores estão cansados de má notícia.

Poesia

Há um forte motivo para a nomeação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o governo do Distrito Federal: seu suplente é o poeta Bello Fargo, velho amigo do presidente José Sarney.

Frequentador do Palácio da Alvorada e do sítio de São José do Percumã, Bello Fargo cedo ou tarde teria um lugar-a-lugar.

Ele deverá, agora, engrossar a inconstante bancada governista no Senado.

Fumaça

Quando visitava, segunda-feira, uma base aérea na região austral de Comodoro Rivadavia, o presidente Raúl Alfonsín tomou um susto: os carros da comitiva foram bombardeados por um esquadrão de caças A-4 Skyhawk. Eram foguetes de fumaça. Nas cores nacionais da Argentina.

A conspiração do sr. Cabral

AMC PB

Decididamente encontros pessoais, que são apresentados como simples visitas de cortesia, perturbam e muito a visão que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, tem da realidade. Em abril do ano passado, em pleno processo de *fritura* do ministro Dilson Funaro, o relator Cabral, saindo de um encontro com o governador Moreira Franco, não mediu palavras: "Empresas multinacionais estão pressionando a queda do ministro; são grupos de interesse contrariados pela política do governo, que provocam a turbulência com o perigo de haver muito dinheiro em jogo". Na época, apesar de instado a fazê-lo, o denunciante não se sentiu obrigado a dar o endereço, e os objetivos do grupo de interesse de que falava. Como não ocorreram desdobramentos de suas denúncias, s. exa. não se sentiu acanhado em repetir a dose. A saída de um encontro, antontem, agora com o deputado Ulysses Guimarães, o relator geral dirigiu suas *suspeitas* para a existência de "grupos interessados em atrasar o processo constituinte". De grupo em grupo o constituinte amazense vai construindo a sua hierarquia de assombrações.

Decididamente encontros pessoais, que são apresentados como simples visitas de cortesia, perturbam e muito a visão que o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, tem da realidade. Em abril do ano passado, em pleno processo de *fritura* do ministro Dilson Funaro, o relator Cabral, saindo de um encontro com o governador Moreira Franco, não mediu palavras: "Empresas multinacionais estão pressionando a queda do ministro; são grupos de interesse contrariados pela política do governo, que provocam a turbulência com o perigo de haver muito dinheiro em jogo". Na época, apesar de instado a fazê-lo, o denunciante não se sentiu obrigado a dar o endereço, e os objetivos do grupo de interesse de que falava. Como não ocorreram desdobramentos de suas denúncias, s. exa. não se sentiu acanhado em repetir a dose. A saída de um encontro, antontem, agora com o deputado Ulysses Guimarães, o relator geral dirigiu suas *suspeitas* para a existência de "grupos interessados em atrasar o processo constituinte". De grupo em grupo o constituinte amazense vai construindo a sua hierarquia de assombrações.

As acusações são graves demais para apoiar-se apenas sobre *indícios*. Isso para não entrar no mérito da *conspiração* denunciada. Aliás, é público e notório, na opinião de todos os que acompanham os trabalhos da Constituinte, que o lobby dos empresários só consegue ser menos eficiente que o dos banqueiros... Para provar es-

ta verdade coezinha, não é preciso nenhuma investigação especial, não é preciso nenhum sistema de informação eletrônico; basta simplesmente a leitura do *Projeto B*. Se os deputados e senadores constituintes fossem tão susceptíveis de pressão e se os empresários fossem tão hábeis em suas "sinistras manipulações", o projeto da futura Constituição não seria o que é.

De fato, nem sempre a realidade é agradável aos olhos. O mais das vezes, é muito mais cômodo convocar quantos fantasmas forem necessários — amigos ou inimigos — para que a névoa obscureça a verdade. Antes do início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, quantas vezes a falta de quórum impediu as reuniões do Congresso? Por quanto tempo, por outro lado, a semana constituinte só teve três dias? Não foi preciso que o multipresidente Ulysses Guimarães fosse a uma cadeia de rádio e televisão, especialmente convocada, para explicar à Nação que a Assembleia que presidia efetivamente funcionava, só que um tanto lenta, devido ao grande número de faltas? Será que a *conspiração* pressentida pelo deputado Cabral já estava em curso e, devi-

do a ela, desde aquele tempo, os constituintes preferiam cuidar de outros afazeres, em vez de marcar sua presença — aliás obrigatória — na Assembleia Constituinte?

Antes de construir a sua teoria conspirativa, que justifica a atual fase de ausência de quórum, o relator poderia detectar que aproximadamente 150 constituintes são candidatos às prefeituras de suas cidades de origem; e os que não são têm reais e profundos interesses nos resultados do pleito. Por esse bem pouco sinistro motivo, a maioria dos congressistas está envolvida totalmente na campanha eleitoral. Mais prudente e mais experiente, o deputado Ulysses Guimarães preferiu desconhecer a teoria da *sabotagem*. O presidente da Constituinte talvez tenha percebido com nitidez que a falta de quórum — além dos motivos conjunturais que apontamos — liga-se muito mais aos interesses da "oligarquia", especialmente feridos pela Reforma Tributária. Por isso, mesmo depois de saber que o relator Cabral já tinha *suspeitos* pela falta de quórum, o deputado Ulysses dispensou a *conspiração* e preferiu reconhecer: "A tarefa de mobilizar é nossa".

Um progresso nas conversações da ONU

Em uma nota publicada anteriormente, quando se iniciaram as conversações entre os chanceleres do Irã e do Iraque e o secretário-geral da ONU, com vistas à cessação das hostilidades no golfo Pérsico, observamos que Perez de Cuellar teria de desempenhar o papel de menino de recado, ouvindo as razões de uma parte e levand-

antes do fim das hostilidades, mas terminou abrindo mão da exigência e concordando em que seja estabelecido antes o cessar-fogo.

Com isso, Bagdá segue os passos de Teerã na aceitação da Resolução 598 do Conselho de Segurança da ONU, que determina a imediata suspensão das hostilidades, a retirada das tropas de cada um

apenas algumas escaramuças de fronteira entre os dois países.

O procedimento a ser seguido deverá ser, antes, o comum nos casos de guerra, quando as hostilidades terminam com um acordo de armistício e começam as negociações, que são coroadas por um tratado de paz, com o qual termina o estado de guerra.

Isso não significa que todo esse ritual deva ser rigorosamente seguido nas conversações promovidas pela ONU e que se deva formalizar um armistício. Entretanto, tem-se de reconhecer que a exigência iraniana de que o cessar-fogo preceda as negociações diretas é perfeitamente razoável. Sem a cessação das hostilidades não se pode dizer que as partes envolvidas no conflito tenham mostrado um mínimo de boa vontade para negociar. Poder-se-ia inclusive pôr em dúvida a boa vontade de Saddam Hussein se ele tivesse insistido em dar precedência às conversações diretas.

Resta ver se, tendo havido um mínimo de manifestação de bom senso por ambas as partes, as ne-

gociações diretas confirmarão essas disposições de espírito. O fato é que, como observamos no comentário anterior, as duas partes estão sendo movidas mais pela exaustão do que por uma verdadeira manifestação de boa vontade. Ambas têm consciência, todavia, de que ninguém terá nada a ganhar com a continuação do conflito e será mais fácil que cada uma delas se convença concretamente disso na mesa de negociações do que nos campos de batalha de uma guerra grandemente alimentada pelo fanatismo religioso.

A tímida manifestação de bom senso vinda à tona tanto em Teerã como em Bagdá surge em um momento particularmente oportuno, uma vez que a evolução da situação surgida no Oriente Médio, com a decisão do rei Hussein, da Jordânia, de abandonar seus vínculos com a Cisjordânia, cria uma situação delicada.

Não se pode dizer que todo o problema entre o Iraque e o Irã já esteja resolvido. Entretanto, surgiu o primeiro, ainda que fraco, sinal de boa vontade.

carga tributária Imposto

a dedução de 20% dos rendimentos foi substituída por um teto que torna ridícula a dedução. Essa discrepância era até há pouco contrabalançada pelo atraso no recolhimento do imposto, mas isto acabou inteiramente desde que se instituiu o "Trileão", que até leva o contribuinte a pagar mais imposto do que deve, por não lhe permitir efetuar deduções. O Estado absorveu mais impostos por meio do jogo da correção monetária sobre os rendimentos tributáveis, fazendo passar para uma faixa superior numerosos contribuintes e corrigindo o imposto devido, mas não o imposto pago. Com a inflação que temos, essas alterações não chegam a ser captadas nas estatísticas.

Tais considerações mostram que já não existe margem para aumentar a carga tributária dos contribuintes efetivos. Ao contrário, seria oportuno reduzir a incidência dos impostos que impedem a classe média de amellar poupança, da qual tanto depende o desenvolvimento nacional. Para as pessoas jurídicas, o aumento da carga

tributária só poderia advir da redução dos incentivos, cujos efeitos sobre o crescimento econômico não foram muito significativos.

O governo não deve aumentar a carga tributária das pessoas físicas, mas, sim, aumentar suas receitas — o que nos parece diferente. A Assembleia Nacional Constituinte, que reformulou tão profundamente a política tributária, esqueceu-se de aditar um artigo exigindo que o Poder Executivo, no prazo de um ano, apresente um projeto de lei que, sem aumentar a carga tributária, distribua melhor o ônus fiscal. Realmente, é escandaloso o fato de, no Brasil, uma minoria (não constituída pelos mais ricos...) estar pagando o imposto de Renda numa proporção exorbitante e insuportável. É necessário aliviar os atuais contribuintes, elevar o número de contribuintes e, como na noite de 4 de agosto de 1789, na França, acabar com os privilégios que hoje se estendem a diversas classes da população, a começar pela dos políticos.

O ESTADO DE S. PAULO

Diretor Responsável
Julio de Mesquita Neto

Diretor
Julio Cesar Mesquita

Diretor de Redação
Augusto Nunes

Publicação do
S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Coeteno Álvares, 55 CEP 02598
São Paulo SP Caixa Postal 8005
CEP 01051-SP. Tel 856-2122 (PABX)
E Telegráfico: ESTADO Telex: 011-23511
Fac-símiles (011) 265-2297 — 265-6203

Diretores
José Vieira de Carvalho Mesquita
Julio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Moraes
Oliveiros S. Ferreira

JULIO MESQUITA (1891-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1927-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1927-1969)

Américo de Campos (1875-1884)
Francisco Rangel Pestana (1875-1890)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)